

Florianópolis, 27 a 30 de Agosto de 2018

GT 08. Conhecimentos, desafios e possibilidades para o fazer agroecológico no mundo rural**Coordenadores:**

Vanilde F. de Souza Esquerdo – Unicamp, vanilde.esquerdo@feagri.unicamp.br

Lourival de Moraes Fidelis – UFPR, lourivalfidelis@gmail.com

A agroecologia enquanto ciência constitui as bases para a formação de agriculturas sustentáveis, respeitando os saberes tradicionais e o meio ambiente sendo, portanto, promotora de processos para o desenvolvimento rural sustentável (Caporal e Costabeber, 2004). A agroecologia tem se constituído como um campo aberto e dinâmico de pesquisa interdisciplinar que envolve diversas questões relacionadas à sociologia, economia, ecologia, agronomia, política, dentre outras. As abordagens agroecológicas tendiam a se concentrar, sobretudo, na ecologia da produção e no manejo agrícola. No entanto, torna-se importante envolver perspectivas sociais e políticas, uma vez que a agroecologia é uma ciência que agrega as pessoas onde a participação, a mobilização social e o desenvolvimento rural caminham juntos.

Assim, a ciência que envolve a agroecologia emerge de práticas empregadas por comunidades agrícolas tradicionais, que estão associadas a processos de produção baseados no trabalho familiar. Outro ponto a ser considerado refere-se ao fato de que a Agroecologia possui forte relação com atividades dos movimentos sociais e das redes “*contraculturais*” que desafiam os fundamentos da modernidade e o impulso total da modernização capitalista e etnocêntrica (Toledo, 1993). Os movimentos ligados à agroecologia procuram resolver a crise ambiental e social, objetivando a geração de mudanças estruturais nas relações entre sociedade e natureza. Assim, um ponto importante da agroecologia é sua ênfase nas práticas tradicionais, freqüentemente empregadas pelos povos indígenas, camponeses, quilombolas e agricultores familiares.

Entretanto, percebemos que as práticas e os conhecimentos tradicionais na agricultura vêm sendo erodidas e desfiguradas por práticas convencionais da agricultura “moderna”. As agriculturas tradicionais primam pela diversidade de seus sistemas agrícolas em contraposição à artificialização e simplificação dos agroecossistemas, tônica principal nos sistemas industriais de cultivo.

A agroecologia respeita a sabedoria dos agricultores desenvolvida ao longo dos anos por meio de suas experiências e observações locais. Resgatar esses conhecimentos se faz necessário num processo de fortalecimento e recriação de relações sustentáveis de gestão de recursos naturais. Desta forma, a agroecologia enquanto ciência e prática busca estimular e aprimorar as habilidades dos principais atores em contextos rurais diversos, incentivando-os a desenvolver e promover seus próprios processos.

Para tanto, torna-se fundamental o uso de metodologias participativas nas pesquisas e trabalhos de assistência técnica e extensão rural. Os processos de pesquisa baseados em participação fornecem um meio pelo qual a agroecologia pode assumir uma dimensão cultural e política (Caporal e Costabeber, 2002), porém a participação deve ser orientada para a 'prática da liberdade' (Freire, 1970), com vistas a facilitar a transformação do cotidiano das pessoas envolvidas. Aqui, os aspectos metodológicos desempenham um papel essencial na revelação dos interesses investidos e preparam o caminho para o surgimento de novas e criativas “soluções” para os problemas práticos. A participação é concebida como um direito dos agricultores e não como uma forma para atingir objetivos pré-determinados. Com a participação dos agricultores processos de aprendizagem são facilitados.

Por todo o exposto, o objetivo principal deste GT é promover um amplo debate sobre as diferentes abordagens (teórico-metodológicas e políticas) sobre construção do conhecimento agroecológico, num processo de discussão, análise e apresentação de experiências empíricas e marcos conceituais e metodológicos a respeito da Agroecologia. Ou seja, promover o diálogo entre as dimensões teóricas (construção do conhecimento agroecológico) e as dimensões empíricas (construção e diálogo de experiências concretas no campo da agroecologia).

Esperamos assim que este GT se constitua num espaço de reflexão e que contribua para a construção de conhecimentos sobre as temáticas que envolvem a Agroecologia. Torna-se necessário esclarecer que a síntese dos textos aqui apresentada foi realizada procurando abordar a ideia central dos autores, não tendo sido objetivo tecer considerações críticas ou de valor sobre os textos, mas, sobretudo, constituir um diálogo reflexivo e problematizador sobre as questões que os envolvem. Em algumas situações a interpretação dos trabalhos pode não contemplar determinadas questões que os autores julguem importantes, porém tais questões podem e devem ser aprofundadas durante o debate. Procuramos, desta forma, promover um diálogo entre o objetivo proposto por este GT e os trabalhos apresentados. Para tanto, dividimos o debate e as reflexões deste GT em três Sessões que discutirão: A interface entre a construção do conhecimento em agroecologia e a ruralidade na atualidade; Múltiplas questões sobre agroecologia: da segurança alimentar às práticas sustentáveis de produção; Abordagens das práticas agroecológicas. É importante salientar que apesar desta divisão procuramos promover uma síntese cujos temas serão discutidos de maneira transversal, abordando questões de interesse de todos os autores no decorrer dos três dias de trabalho. Após cada Sessão procuramos levantar algumas questões cujo objetivo é promover, suscitar o debate entre os participantes e levantar novos questionamentos.

Referências

- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v.1. 24 p.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.
- Freire, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1970.
- Toledo, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: Sevilla Guzmán, E.; González de Molina, M. (Ed.). Ecología, campesinado e historia. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 197-218.

28 de Agosto, das 14:00-17:00h

Sessão 1

A interface entre a construção do conhecimento em agroecologia e a ruralidade na atualidade

1. Produção de conhecimentos e inovações na agroecologia: a prática agrícola como objeto epistêmico	Daniela Oliveira Flávia Charão Marques
2. Desafios da construção do conhecimento agroecológico com jovens do campo no contexto de assentamentos da reforma agrária na Chapada dos Veadeiros, Nordeste Goiano	Nina Paula Laranjeira César A. de Sousa Barbosa Nilcionir da Costa Garcez
3. O Potencial da Associação Escola Família Agrícola de Natalândia como facilitadora na constituição de um Sistema Participativo de Garantia no Noroeste de Minas Extensão, agroecologia e mulheres camponesas: estratégias para uma nova ruralidade	Aloísia Rodrigues Hirata Luiz Carlos Dias da Rocha João Batista Begnami
4. Agroecologia e classes sociais, uma abordagem baseada nas obras de György Lukács e Michel Clouscard	Benedito Silva Neto
5. Extensão, agroecologia e mulheres camponesas: estratégias para uma nova ruralidade	Cleber José Bosetti Valdete Boni
6. Reflexões sobre agricultoras/es de origem urbana no meio rural	Flavia Soares Ramos

Nesta primeira Sessão procurarmos abarcar os trabalhos cujo eixo norteador tivesse relação com o processo de construção do conhecimento em Agroecologia e sua conexão com a nova ruralidade que emerge no espaço rural brasileiro.

A partir de alguns elementos teóricos o artigo de **Oliveira e Marques** propõe a análise nos processos de produção do conhecimento e de inovações na agricultura, focando as de base ecológica, demonstrando especial atenção na gênese do conhecimento. As autoras partem da constatação de que o nível de institucionalização do conhecimento e da atividade inovativa em agriculturas de base ecológicas é ainda baixo, havendo necessidade das instituições de P&D em realizar pesquisas em agroecologia que possam atender às reais demandas e necessidades dos agricultores que praticam os diferentes tipos de agriculturas sustentáveis. No decorrer do texto demonstram que o processo de inovação na agricultura foi concebido a partir de uma visão unilateral, onde a ciência produzida por *experts* era (ou ainda é) prioritária, porém ao pensarmos a construção do conhecimento e de inovações na agricultura, necessariamente temos que incluir os agricultores familiares neste processo. De acordo com as autoras “é preciso reavaliar o fazer ciência e produzir conhecimentos, focando sobre a forma com que o conhecimento e as inovações são produzidos, a partir da criatividade e experiência cotidiana”. Sendo o conhecimento o resultado de uma construção coletiva, este envolve fatores de âmbito social, cultural e institucional, neste sentido há que se considerar os conhecimentos, as práticas e as experiências dos agricultores e camponeses neste processo. As autoras finalizam o texto refletindo sobre a importância de maiores investimentos em P&D por instituições formais e sustentadas pelo Estado para a promoção de agriculturas de base ecológicas e processos de transição agroecológica para um público maior.

A construção do conhecimento em agroecologia é também abordada (de forma diferente à apresentada no trabalho anterior) no artigo de **Laranjeira, Barbosa e Garcez**. Os

autores apresentam a experiência do desenvolvimento de um projeto em agroecologia, cujo foco principal era o fortalecimento da juventude rural em assentamentos rurais do nordeste goiano. Um dos resultados deste projeto foi a criação de um curso de 750 horas baseado na pedagogia Freiriana e na pesquisa ação/participante. Neste sentido este curso alternava o processo de ensino e aprendizagem em momentos de tempo-escola e tempo-comunidade. Os autores apresentam diversos desafios sobre a inclusão e permanência dos jovens no curso. O interesse pelas atividades desenvolvidas no meio rural não é uma realidade entre os jovens, assim a permanência deles no curso está diretamente associada à valorização que estes atribuem à prática agrícola. A agroecologia ao promover o resgate de práticas tradicionais e valorizar o conhecimento dos agricultores contribui para melhorar a visão que os jovens possuem sobre a vida no meio rural. No texto apresentado pelos autores considera que a valorização do meio rural perpassa por superar situações de precariedade. Neste sentido, questiona-se realmente se houve a apropriação do conhecimento em agroecologia por parte dos jovens do meio rural.

O processo de construção do conhecimento no meio rural é bastante dinâmico e envolve múltiplos atores. Os Sistemas Participativos de Garantia – SPGs são organizações sociais formadas pelos agricultores cujo interesse maior é a certificação orgânica. O processo de certificação orgânica conduzido por um SPG implica, necessariamente, na atuação ativa dos envolvidos. Desta forma, a construção do conhecimento agroecológico é intensificada pelo SPG, pois o objetivo maior da rede agroecológica formada por este sistema está no processo de aprendizagem internalizado pelos participantes e não simplesmente no resultado deste processo, que é a certificação. Neste sentido, o trabalho de **Hirata, Rocha e Begnami**, a partir de um estudo de caso, aborda uma reflexão sobre o potencial de promoção do conhecimento agroecológico por uma Associação Escola Família Agrícola enquanto facilitadora da constituição de um SPG. A Escola Família Agrícola promove o fortalecimento da agricultura familiar e da educação do campo partindo da agroecologia. As associações que envolvem as Escolas Famílias Agrícolas são organizações constituídas por agricultores familiares e suas entidades representantes, neste sentido observa-se já um processo embrionário de participação entre os envolvidos, assim a discussão pode ser ampliada para a constituição de Sistemas Participativos de Garantia, fortalecendo as ações agroecológicas dos agricultores familiares.

O artigo de **Silva Neto** promove uma reflexão teórica, a partir de György Lukács e Michel Clouscard, ao abordar a agroecologia e a emergência de classes sociais, em especial o que o **Silva Neto** chama de “nova classe média”, que é classificada entre os trabalhadores intelectuais e os consumidores de produtos agroecológicos de rendas mais elevadas. A análise realizada por meio pensamento de György Lukács e Michel Clouscard se justifica pelas contribuições que oferecem em suas obras para a compreensão do posicionamento político-ideológico das classes sociais ao longo do desenvolvimento do capitalismo. **Silva Neto** parte da premissa de que a nova classe média possui interesses sobre um novo padrão tecnológico na agricultura que estão restritos fundamentalmente a aspectos sanitários e ecológicos, não havendo o real comprometimento com mudanças na sociedade em geral. De acordo com o autor a agroecologia é compreendida por essa nova classe social como uma forma de se obter alimentos saudáveis e de preservação dos recursos naturais, pois os seus representantes pouco se importam com a reprodução social do campesinato diante da pujança do agronegócio. Este texto demonstra a preocupação da tendência de redução do entendimento da agroecologia a um tipo de prática ou de agricultura orgânica.

A agroecologia promove a formação de estruturas participativas onde agricultores e extensionistas possam apreender juntos sobre a realidade de cada contexto. O diálogo de saberes promovido pela agroecologia é um componente essencial desta ciência, neste sentido promover a igualdade de gênero através do reconhecimento das atividades e dos conhecimentos das mulheres é condição fundamental na agroecologia. O reconhecimento do papel das mulheres no meio rural deve ser avaliado em relação à tomada de decisões sobre produção, recursos, renda bem como na ocupação de cargos de liderança para organização comunitária. A partir de uma experiência de extensão universitária, desenvolvida por um projeto realizado em três estados da região Sul numa parceria entre o extinto MDA, uma Universidade e entidades prestadoras de serviços de ATER, **Bosetti e Boni** apresentam a sistematização do saber agroecológico junto às mulheres camponesas. Para tanto, os autores partem de uma abordagem crítica da extensão rural e a sua aproximação com a agroecologia, associam que o avanço desta ciência depende das metodologias da extensão rural para a promoção de uma ação educativa que, necessariamente, ocorre pelo intercâmbio de saberes.

Finalizamos a síntese desta primeira Sessão refletindo sobre a emergência de novos atores no meio rural, os chamados neo-rurais e a sua relação com a agroecologia. **Ramos** apresenta em seu trabalho reflexões e indagações sobre a migração urbana-rural por cidadãos com interesse em agricultura. A autora parte das experiências europeias (francesa e espanhola) sobre este fenômeno, culminando na discussão brasileira desta questão. Tanto experiências francesas, quanto brasileiras possuem ligação com a questão ambiental, uma vez que os neo-rurais buscam estilo de vida conectado com a natureza. Trata-se de um movimento voluntário dos indivíduos urbanos, que insatisfeitos com a vida na cidade, partem para o meio rural em busca de melhor qualidade de vida. As experiências francesas demonstram que a escolha do espaço rural pelos neo-rurais está atrelada à infraestrutura oferecida e à proximidade com centros urbanos, seja para a garantia de serviços fundamentais, como educação e saúde, seja pela facilidade de escoamento da produção. A formação de novas territorialidades não ocorre livre de conflitos, especialmente entre os considerados nativos e os forasteiros. Por outro lado, há que se considerar um processo de dinamização no meio rural em função da presença desses novos atores. Aprofundar pesquisas com esta temática torna-se necessário, principalmente na perspectiva agroecológica.

Questões para o debate

- De que forma a agroecologia pode contribuir para que os agricultores se sintam como parte do trabalho que está sendo desenvolvido e não como meros objetos de trabalhos e/ou análise?
- Pensando no ponto de vista teórico, a agroecologia é tratada em vários aspectos. Como podemos avançar o arcabouço teórico e metodológico a partir dos temas apresentados?
- De que forma as posições políticas e/ou ideológicas dos pesquisadores podem influenciar a construção do conhecimento em agroecologia?
- Como as Universidades podem trabalhar as inovações a partir da prática e conhecimento dos agricultores familiares?
- De que forma as redes formadas pelo movimento agroecológico podem promover a construção do conhecimento agroecológico?

- A aproximação entre produtor e consumidor pode clarear a compreensão da agroecologia pela sociedade? De que forma isto poderia ser realizado?
- A nova ruralidade considera o papel desempenhado pelas mulheres? De que forma a Extensão Rural pode alavancar isso? Onde estão as mulheres na agroecologia?
- Os neo-rurais podem "retardar" o processo de envelhecimento no campo? Quais são as necessidades apresentadas pelos neo-rurais? Quais são as motivações para se estabelecerem no campo?

29 de Agosto, das 13:30-16:30h

Sessão 2

Múltiplas questões sobre agroecologia: da segurança alimentar às práticas sustentáveis de produção

1. Agroecologia e sua interface com a segurança alimentar	Mariane Rodrigues Silva Nadja Maria Gomes Murta
2. Os desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica	Ricardo Serra Borsatto Miguel A. Altieri Henrique Carmona Duval Julian Perez-Cassarino
3. Agroecologia e planejamento territorial enquanto ação coletiva: o caso do Território Baixo Tocantins (PA).	Valdir da Cruz Rodrigues
4. Agroecologia e alternativas: a reprodução socioambiental dos agricultores agroecológicos do Núcleo Maria Rosa da Anunciação da Rede Ecovida de Agroecologia	Letícia da Costa e Silva Ana Paula D. Vasco Tatiana Kaminski
5. Os usos da natureza e ambiente na comunidade do Guaraguaçu como elementos para uma proposta em torno da agroecologia em Pontal do Paraná – PR	Antonio Marcio Haliski Dimas Floriani Nicolas Floriani
6. Ações de retorno social como alternativas de desenvolvimento rural e agroecológico em assentamentos da região central do estado de São Paulo	Elisa Racy Daiane Roncato Cardozo Augusto Paschoalino Gislaine Cristina Pavini Joviro Adalberto Junior Vera L. S. Botta Ferrante

Dando continuidade ao debate, esta Sessão agrupa trabalhos que abrangem distintas realidades e perspectivas no que se refere à agroecologia, perpassando por questões que abarcam desde as particularidades entre segurança alimentar e agroecologia até ações de planejamento territorial com foco agroecológico.

Na arena política internacional a preocupação em dobrar a produção mundial de alimentos tornou-se uma meta a ser cumprida até 2050, contudo a discussão sobre segurança alimentar vai além do aumento de produção e produtividade. Há que se garantir **acesso** aos alimentos à população em vulnerabilidade social, pois a questão da segurança alimentar é muito mais complexa do que os princípios malthusianos. Ademais, os sistemas de produção que utilizam práticas convencionais com a incorporação exaustiva de insumos químicos são promotores da perda da biodiversidade. Por outro lado, práticas agrícolas centradas no respeito aos recursos naturais e humanos procuram manter um sistema holístico e multifuncional, que envolve e integra processos ecológicos naturais, com o reconhecimento das interconexões existentes entre agricultura e as questões sociais no sistema alimentar.

Introduzimos a discussão desta Sessão com o artigo de **Silva e Murta**, que procuraram realizar uma reflexão teórica sobre a interface dos temas Segurança Alimentar e Agroecologia. As autoras buscam comprovar a afirmação de que a agroecologia, enquanto ciência e prática social, é capaz de dar respostas ao enfrentamento da crise alimentar no Brasil e no mundo. De acordo com as autoras, “a agroecologia é tida como

uma nova orientação à produção e acesso a alimentos de qualidade, valorizando os recursos naturais e os conhecimentos tradicionais dos agricultores, camponeses, indígenas, extrativistas e demais segmentos rurais.” Desta forma, podemos inferir que a agricultura familiar, nas suas diversas categorias, é fundamental para o manejo no longo prazo e para a sustentabilidade agrícola, pois realiza uma forma de produção baseada em métodos apreendidos durante milhares de anos de experiências. Refletir sobre a interface da Segurança Alimentar com a Agroecologia passa, necessariamente, pela compreensão da alimentação enquanto um direito humano e da valorização dos saberes tradicionais do campo. Esta valorização deve abranger a proteção dos direitos de propriedade daqueles que utilizam dos recursos naturais como um meio de vida e de trabalho, em especial as comunidades de agricultores tradicionais.

Nos anos 2000 programas de políticas públicas foram criados objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, garantindo a segurança alimentar. Programas como o PAA e o Pnae promoveram a abertura de um mercado específico para a compra dos alimentos da agricultura familiar no Brasil, o mercado institucional. Uma das questões que envolvem a temática da agroecologia é pensar até que ponto esses programas promoveram processos de transição agroecológica, uma vez que ambos estabelecem um prêmio de 30% sobre o preço dos produtos orgânicos certificados. Neste contexto, o trabalho desenvolvido por **Borsatto, Altieri, Duval e Perez-Cassarino** apresenta, através de um estudo de caso na região sudoeste do estado de São Paulo, uma discussão sobre os desafios que estão colocados aos mercados institucionais para impulsionar a transição agroecológica. Os autores partem da discussão sobre o papel que as políticas públicas possuem em territorializar a agroecologia (*scaling-out* em inglês ou *masificación* em espanhol), ampliando os territórios onde ocorrem processos de transição em direção à agriculturas sustentáveis, ou seja tornando os princípios da agroecologia conhecidos e praticados em territórios cada vez mais amplos. Os autores afirmam, de maneira geral, que as políticas públicas relacionadas à agroecologia até então implementadas apenas tiveram resultados marginais em contexto nacional, pois foram desenvolvidas no contexto de convivência com o modelo industrial e convencional de produção. Especificamente, demonstram pelo estudo de caso que programas de políticas públicas como o PAA pouco incentivou os processos de transição agroecológica, uma vez que poucas foram as organizações de agricultores familiares do território estudado que em algum momento comercializaram alimentos orgânicos para o mercado institucional. Parece que apenas os agricultores que já produziam alimentos orgânicos os inseriram neste tipo de mercado. Desta forma, aponta-se para os limites que este programa possui em territorializar a agroecologia. Muitos fatores podem estar associados a este fato, dentre eles um mercado já estabelecido pelos produtores que utilizam práticas agrícolas sustentáveis, o que pode garantir melhor preço a esses produtos. Além disso, fatores que envolvem a organização social dos agricultores podem também estar atrelados à baixa inserção de produtores orgânicos neste mercado.

O trabalho de **Rodrigues** apresenta a inserção de proposições agroecológicas dentro do Planejamento Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) no território do Baixo Tocantins (PA), como instrumento da ação coletiva dos diferentes atores para uma estratégia alternativa de desenvolvimento e territorialidade se enquadrando no contexto maior do surgimento de uma nova geração de políticas públicas. Apresenta os diferentes atores e jogos de interesses presentes na disputa do território em especial a disputa entre o agronegócio versus a agricultura familiar, citando os grandes investimentos privados feitos na região como ferrovias, hidrovias e monocultura que

contam com apoio do Estado que ao mesmo tempo gera entraves à agricultura familiar ao não proporcionar a regularização fundiária e permitir a grilagem através “apropriação de terras” por grandes proprietários de outras regiões. Apresenta os movimentos sociais como promotores da permanência dos agricultores familiares nesses territórios através da pressão ao poder público e conscientização das famílias a resistir, preservar o meio ambiente e não vender suas terras ao agronegócio. Apresenta o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento endógeno proposto por *Costa* que engloba além do uso racional dos recursos o exercício de estratégias coletivas e intervenções para a qualificação e ampliação da agricultura familiar nos processos de produção e comercialização dos alimentos, visando a soberania e segurança alimentar das populações. Apresenta também que o conceito de desenvolvimento territorial em destaque como uma resposta ao fracasso ou resultados insatisfatórios alcançados ao longo das últimas décadas pelos modelos de desenvolvimento rural e traz o Planejamento Territorial através do PTDRS, não como um documento estático mas como um plano em constante busca de aperfeiçoamento e atualização dependente de constante “reciprocidade”. Traz que as relações de poder na Institucionalidade podem desenvolver disputas de jogos de interesse que podem afetar ação coletiva e conclui que as instâncias de gestão do território não se constituem canais privilegiados para efetivas concretizações das proposições aprovadas, uma vez que o plano se insere num ambiente macro-político de disputas de projetos e modelos de desenvolvimento diversos e díspares para a região.

No texto de **Costa e Silva, Vasco e Kaminski** os autores partem do objetivo de discutir as alternativas como forma de garantir a reprodução socioambiental de agricultores familiares. Definem alternativas enquanto práticas e teorias que se contrapõem e resistem a modelos opressores, no caso do meio rural, é a contraposição ao modelo massificado e homogeneizador da agricultura convencional, baseado em práticas “modernas” de produção. O texto apresenta uma revisão teórica sobre o papel que a agricultura familiar apresenta neste ambiente de alternativas, para tanto inclui teóricos importantes que trabalharam com a reprodução social e ambiental de agricultores familiares. Os agricultores familiares são identificados como atores ecológicos do rural socioambiental, com ligação ao movimento ecológico, sendo a agroecologia um projeto alternativo que visa a reprodução socioambiental da agricultura familiar. Apresentam, desta forma, a agroecologia como alternativa para a reprodução socioambiental da agricultura familiar, já que esta ciência “envolve um processo coevolutivo resultante da interação entre sistemas sociais (conhecimentos, valores, tecnologias e organizações) e ambientais (diversos elementos e seres vivos presentes no meio ambiente)”. O estudo empírico apresentado neste trabalho refere-se ao Assentamento do Contestado no município da Lapa-PR, que possuem agricultores agroecológicos vinculados ao Núcleo Maria Rosa da Anunciação. Esses agricultores possuem uma certificação participativa ligada à Rede Ecovida. Esse tipo de certificação, onde a participação é elemento fundamental, possibilita o diálogo de saberes e a troca de conhecimentos, fundamentais dentro do contexto de alternativas aqui apresentado. As autoras verificaram que o Núcleo Maria Rosa da Anunciação proporciona elementos diversos que contribuem para a compreensão das alternativas enquanto uma forma de reprodução socioambiental da agricultura familiar agroecológica na Região Metropolitana de Curitiba. Finalizam o trabalho tecendo alguns questionamentos que podem contribuir na proposição de um debate, como: Quais aspectos tradicionais podem ser identificados nessa experiência? De que forma eles são ressignificados? De que forma instrumentos e ideias tipicamente hegemônicos são ressignificados pelos agricultores? Como o sentido da participação é

apropriado pelos agricultores? Como eles avaliam a sua participação? quais os sentidos das experiências alternativas para o agricultor familiar?

O texto de **Halisk, Floriani e Floriani**, traz a questão da invisibilidade (conceito das cidades invisíveis ou cidades imaginárias aplicado por Veiga) na negação pelo poder público da existência das comunidades rurais no Município de Pontal do Paraná – PR, refletidos na sub-amostra nos números oficiais do censo IPARDES 2018 e apresenta a proposta de implantação das práticas agroecológicas como instrumento de resgate, valorização dos saberes tradicionais e do sentimento pertencimento dessas comunidades, uma forma de ligação entre o presente e o passado. O estudo trata de um diagnóstico, utilizando o método focal, para implantação de sistemas agroecológicos numa comunidade rural do litoral do Paraná, município de Pontal do Paraná, região marcada fortemente por ter 80% de seu território em unidades de conservação (fonte de conflito entra a comunidade e os órgãos ambientais), pela presença de solos arenosos forte restrição à atividade agrícola, com atividade heterogênea de uso e ocupação do solo, presença de agricultura de subsistência, remanescência de diversos saberes tradicionais desde (uso de ervas medicinais, práticas de benzimento ameaçadas pelo aparecimento do evangelismo) cujos atores locais podem ser descritos dentro do contexto do campesinato moderno (pescadores artesanais, quilombolas, quebradeiras de coco e outros). Aponta também o desaparecimento de algumas práticas tradicionais como a festa do Fandango, os mutirões de trabalho e as trocas de produtos.

O trabalho de **Racy, Cardozo, Paschoalino, Pavini, Adalberto Junior e Ferrante** apresenta um interessante projeto de pesquisa o qual é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia- NEEA, na região central do Estado de São Paulo em assentamentos rurais. O projeto promove o ensino, a pesquisa e a extensão para a promoção de práticas agroecológicas na agricultura familiar. No trabalho são expostas diversas “frentes” de ações que envolvem desde a produção de produtos orgânicos e comercialização, até unidades experimentais para ensino, todo esse trabalho com foco para o desenvolvimento rural sustentável. O diálogo contínuo entre os pesquisadores e os agricultores é sem dúvida o fator que permitiu o êxito do projeto. A construção de metodologias participativas as quais vinculam permanentemente diversos atores como estudantes, pesquisadores, agricultores, técnicos e agentes da esfera pública e privada é um dos maiores avanços do projeto, o qual vai permitir posicionar a Agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento rural. Seria interessante para o debate conhecer qual foi o aporte do fazer etnográfico desenvolvido no projeto pensando numa contribuição dentro da Agroecologia.

Questões para o debate:

- De que forma as pautas do movimento agroecológico podem ser incorporadas nas políticas atuais?
- Podemos ter segurança alimentar e biodiversidade? De que maneira isso pode entrar na agenda política?
- Qual os limites do processo de institucionalização da agroecologia (criação de políticas públicas, entrada nas agendas de governo, criação de cursos formais) no processo de sua territorialização (adoção dos princípios agroecológicos por cada vez mais famílias em territórios cada vez mais amplos)?
- Qual o papel da organização social dos agricultores familiares no (in)sucesso das políticas voltadas à promoção agroecologia?

- Vale a pena investir na criação de mercados institucionais como estratégia para a massificação da agroecologia, ou outros tipos de políticas poderiam ser mais efetivas?
- Como as relações de poder podem influenciar na institucionalidade da ação coletiva, tanto positivamente quanto negativamente.
- De que forma pode uma proposta em torno da agroecologia pode contribuir para o resgate e a preservação de práticas tradicionais esquecidas e na intermediação dos conflitos em áreas de unidade de conservação ambiental? Que fatores explicariam a estratégia do poder público de invisibilização dessas populações?

30 de Agosto, das 14:00-18:00h

Sessão 3

Abordagens das práticas agroecológicas

1. Mapeamento da transição agroecológica no território do vale do Paraíba e litoral norte (SP): uma abordagem multidimensional	Matias J. Wojciechowski Silvia Moreira Rojo Veja Isabel F. Pinto Viegas
2. O crescimento dos sistemas agroflorestais como modelo de prática agroecológica	Regina Ap. L. de Camargo
3. Sistema agroflorestal: uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável da aldeia Guarani Ygua Porã no município de Biguaçu-SC	Adriel Mesquita Ramos Lyon M. Flescher Sojfer Marinice Teleginski
4. Biofertilizantes como estratégias de transição agroecológica na produção de quiabo	Antonio Wagner P. Lopes Cesar Giordano Gêmero Vera L. S. Botta Ferrante
5. Sistema de produção de arroz no Rio Grande do Sul - Avaliação econômica com base nos sistemas agrários entre O sistema agroecológico/orgânico e convencional	Marina B. Ribeiro Susi Mara Freddi Roberto de Assumpção
6. Criações de galinhas caipiras em assentamentos rurais: desafios e possibilidades para transição agroecológica	César Giordano Gêmero José Maria Gusman Ferraz Henrique Carmona Duval

Esta Sessão abarca trabalhos que focam em apresentar resultados de pesquisas empíricas englobando a transição agroecológica e experiências locais de desenvolvimento de práticas sustentáveis de produção.

O trabalho de **Wojciechowski, Veja e Viegas** propõe uma metodologia para mapeamento participativo das redes no processo de transição agroecológica no território Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo com objetivo de subsidiar o entendimento do processo de formação e transição de redes alimentares alternativas nesse território utilizando como ferramentas: 1) mapeamento geo-espacial da produção; 2) mapeamento das redes e do papel de coalizões sociais no processo de transição ecológica utilizando a Metodologia de NetMaps proposta por *Schiffer* (encontros com produtores para a construção de mapas que mostram relações formais e informais entre componentes estruturantes de um determinado sistema produtivo ou cadeia); 3) a identificação das institucionalidades e experiências de governança colaborativa atuante no desenvolvimento do setor agroecológico no território. Tal análise foi orientada para encontrar as coalizões sociais e os espaços institucionais de apoio bem como a possibilidade de criar novos espaços de articulação em prol da transição agroecológica na qual o território se torna uma perspectiva para analisar as relações sociais e institucionais que buscam formar o projeto de alternativa na perspectiva da agricultura agroecológica. Apresenta como dificuldades no mapeamento das redes a frequente recaída na armadilha escalar do localismo não reflexivo apontando que muitas vezes os produtores estão isolados em suas redes locais impossibilitando a identificação de complementaridades e oportunidades além do seu território e que a superação deste deslize exige uma construção de permanente evolução do projeto político. Apresenta o conceito de enraizamento sugerido por *Sonnino e Marsden* como útil para aprofundar a investigação das relações entre alimento e território para além das abordagens escalares

não reflexivas. E conclui que contrário às interpretações estáticas de escala, onde os limites naturais ou institucionais definem a escala de análise, as delimitações deste estudo representaram as oportunidades relacionais para fortalecer o sistema alternativo a partir das possíveis complementaridades dos projetos de contestação presentes no território e que as escalas são vistas como estratégias flexíveis de (des)(re)construção dos projetos-estratégicos relacionais cujo objetivo é a estruturação e o fortalecimento dos “espaços de esperança” onde estas alternativas podem ser emancipadas.

O texto de **Camargo** apresenta um olhar sobre a diversidade de eventos de promoção de cursos e/ou experiências e implantação e monitoramento de Sistemas Agroflorestais divulgados, sobretudo, pelas redes sociais. Desde os primórdios da agricultura os agricultores mantiveram estreita relação com as florestas, seja para abrigo, energia ou alimentos. Assim, SAFs traduzem a essência dos princípios agroecológicos, pois retratam a histórica coexistência do homem com a floresta. Estes sistemas permitem a prática agrícola, com a produção de alimentos associada à biodiversidade decorrentes das florestas e, simultaneamente, criam paisagens de impacto visual e ambiental. A autora apresenta uma revisão teórica que perpassa pela definição de agroecologia e de Sistemas Agroflorestais, para tanto aborda a interação de SAFs e agricultura Sintrópica, possuindo características como o alto potencial regenerativo de ambientes degradados, sendo poupadora de energia e baseada nas leis da termodinâmica. A partir de então, **Camargo** destaca iniciativas importantes de Sistemas Agroflorestais implantadas em assentamentos rurais, em especial os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs). A autora acredita que “um grande esforço em projetos, cursos e circulação de informações tem sido dispendido para a promoção de Sistemas Agroflorestais”, porém ao mesmo tempo questiona: Será esta a melhor ou mais viável alternativa para produtores com restrições de espaço, mercado e mão de obra? O destaque para a viabilidade econômica e organização social dos agricultores é dado no texto, pois um SAF possui incremento grande de mão de obra. Num contexto em que percebemos o envelhecimento no campo, seria esta a melhor ação para projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais? A autora finaliza com a sugestão que se desenvolvam mais estudos sobre viabilidade econômica de Safs, ainda que esta não aporte toda a complexidade deste Sistema, bem como demais benefícios gerados por eles.

Ramos, Sojfer e Teleginski apresentam o relato de um trabalho que foi desenvolvido junto a uma comunidade Guarani, a qual é composta de 17 pessoas adultas e sete crianças, a única fonte de renda é a comercialização do artesanato. Renda essa utilizada para compra de alimentos e produtos industrializados. A produção cultivada por eles é de subsistência, e em pequena escala, sendo basicamente mandioca, banana e batata doce. O que não atende a todos os moradores. Diante desse cenário, de instabilidade financeira e insegurança alimentar, foi proposto para a comunidade indígena, um sistema sustentável de produção alimentar com base na agroecologia. Através de projetos recentes, a equipe já tinha um conhecimento das necessidades da comunidade, e já existia um laço de confiança, possibilitando a aproximação com as aldeias indígenas. Foi considerado um modelo de desenvolvimento de produção agroecológica, que respeitasse o conhecimento tradicional, e que se adequa à vontade dos moradores de não usar agrotóxicos em nenhuma fase da produção agrícola. Com base nisso, foi proposto um Sistema Agroflorestal. Esse artigo relata os desafios encontrados na difusão de conhecimento agroecológico na comunidade indígena Guarani Yguá Porã no município de Biguaçu-SC. Para a implantação do SAF, foram realizadas reuniões de socialização, conscientização e articulação dos membros do projeto com a comunidade

indígena, afim de adequar os anseios das famílias, à proposta do projeto. Nesses encontros, concluiu-se a viabilidade da implantação do SAF, considerando o retorno social para a comunidade, reduzindo a desigualdade social e a degradação do meio ambiente. Dentre a variedade de espécies plantadas no SAF indígena, destaca-se o milho, que para além de alimento, promove a coesão social dos Guaranis, sendo usado na maioria dos rituais, cerimônias religiosas. Um destaque, que chama a atenção no artigo, era a insegurança e a incerteza dos índios em se adaptar às novas técnicas de plantio, manejo sem a presença da equipe. Isso, em certo ponto foi desafiador para equipe e indígenas, mas ao longo do tempo, se mostrou um fator determinante para o sucesso do projeto, pois, possibilitou a todos, interagirem e buscarem as melhores práticas, e troca de experiências. Foi necessário o intercâmbio, do saber acadêmico e a experiência indígena, para que o projeto obtivesse o sucesso esperado.

O texto de **Lopes, Gênero e Ferrante**, traz a produção de quiabo e de pano de fundo o uso de fertilizantes orgânicos como (esterco, vario, compostagem, super-magro), além de podas como práticas alternativas de produção. Essas práticas são reconhecidas e bem vindas e regulamentadas na produção orgânica e agroecológica. Desta maneira, o trabalho comparou a utilização desses biofertilizantes e podas na estratégia de melhorar a produção do quiabo quanto ao peso do fruto, tamanho e a quantidade de frutos nas plantas. Este experimento foi realizado em um canteiro agroecológico divididos em cinco parcelas e implantado na Fazenda Escola da Uniara como parte integrante dos projetos do NEEA. Esses núcleos de agroecologia visam capacitar e fazer troca de conhecimento entre a Universidade e Agricultores Familiares, na busca pela agricultura sustentável em todas as suas dimensões. Vale dizer que este trabalho da produção de quiabo e biofertilizantes está sendo implantado em Assentamentos Rurais da Região de Araraquara visando a produção agroecológica, diversificação da produção e agregação de renda aos agricultores familiares.

O artigo de **Ribeiro, Freddi e Assumpção** faz uma comparação e avaliação econômica dos sistemas de produção de arroz agroecológico/orgânico e convencional em lotes de Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. Os autores utilizaram como metodologia o conceito da Teoria dos Sistemas Agrários de Mazoyer. A importância de se comparar esses dois sistemas está na sustentabilidade dos mesmos, o planejamento da produção, os riscos do cultivo, a geração de renda e agregação de valor. Os indicadores utilizados para tais comparações são o: CI (Consumo Intermediário), D (Depreciação do Capital Fixo), PB (Produção Bruta) para calcular o VA (Valor Agregado), em seguida se utilizou valor agregado (VA) pelo tamanho da área usada na atividade produtiva, o que permite obter o valor agregado (VA) por superfície agrícola utilizada (SAU): VA / SAU . Assim, os resultados apontaram que a área de produção de arroz convencional era quase duas vezes maior do que a dos produtores agroecológicos. Outro resultado apresentado é que os lotes com produção de arroz agroecológico também tinham a produção leiteira como carro chefe. Os dois sistemas apresentaram certo grau de diversificação produtiva (produção animal, vegetal e processados) geralmente para autoconsumo. Em relação à comercialização, nos lotes com produção de arroz convencional, apenas o arroz é comercializado, diferente dos lotes agroecológicos. O sistema agroecológico de arroz se mostrou menos dependente do mercado, do risco da safra, das intempéries da agricultura. Já em relação a agregação de valor média da produção de arroz convencional foi de R\$ 33.207,16 e na produção de arroz orgânico o valor médio foi de R\$ 20.629,62, em que pese a diferença de tamanho da área cultivada de 30,7 hectares no convencional, enquanto o orgânico apenas 10,5 ha. Já o (CI) do arroz em cultivo convencional foi encontrado um consumo intermediário de R\$

86.697,48 e depreciação (D) de R\$ 14.740,20, ambos em termos de média e para uma área de 30,7 ha. Para a produção de arroz orgânico o consumo intermediário foi de R\$ 17.568,25 e a depreciação foi de R\$ 2.295,31, em uma área de 10,5 ha, também segundo valores médios os valores médios de agregação de valor (VA/SAU) e renda agrícola (RA/SAU) se invertem por hectare. No sistema convencional a agregação de valor foi de R\$ 1.374,79 e de R\$ 2.128,11 para a produção de arroz agroecológico/orgânico, ambos por hectare. Já, a renda agrícola, o valor médio na produção convencional foi de R\$ 1.057,77, enquanto que na produção agroecológica/orgânica foi de R\$ 1.751,56, nos dois casos por hectare. Com esses dados, pôde se notar que a produção de arroz agroecológico é mais independente em relação a insumos externos, tem menor risco de produção, agrega mais valor e que o consumo intermediário muitíssimo menor em relação ao arroz convencional. Desta forma, nota-se que os benefícios de uma produção agroecológica são muito maiores em relação à produção convencional, seja do ponto de vista ambiental, social e econômico.

O trabalho de **Gênero, Ferraz e Duval**, apresenta a importância da produção de galinha caipira como um tipo de produção que garante renda, autoconsumo e segurança alimentar aos agricultores familiares. A metodologia utilizada no trabalho foi através da coleta de dados primários através de questionário semiestruturado, além de revisão bibliográfica sobre o tema. Nesse sentido foram apresentados os manejos convencionais de galinhas, o manejo caipira, e, por conseguinte o manejo agroecológico. Os desafios para a transição agroecológica da produção se dão pela alimentação, normas sanitárias e de inspeção, por outro lado as possibilidades estão no bem estar animal proporcionado por este tipo de manejo, bem como a possibilidade de produzir carne e ovos com maior qualidade atendendo a um público preocupado com vários aspectos da produção como a questão ambiental e bem estar animal. Desta maneira pode-se considerar que os sistemas caipiras em transição para os sistemas agroecológicos são mais condizentes e adequados a realidade dos assentamentos rurais.

Questões para debate:

- Até que ponto os SAFs se adequam à realidade de envelhecimento no meio rural, visto esta ser uma atividade que requer maior número de mão-de-obra?
- Que indicadores podem ser utilizados para demonstrar a superioridade de um sistema orgânico/agroecológico sobre um convencional?
- De que forma o processo de transição agroecológico está sendo realizado e/ou pensado para a produção animal?